RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL

Salvador/BA

Julho, 2016

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA

Relatório: Fiscalização de acompanhamento dos serviços prestados através de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Finalidade: Atender demanda da ouvidoria em atenção as manifestações protocolos AGERSA n º 688765 (1) e 604342 (1).

Município: Ribeira do Pombal

Prestadora (s): Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA.

Presidente: Rogério Costa Cedraz

Endereço (sede): 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia - CAB, CEP 41.745-002, Salvador, Bahia, Brasil.

Telefone: (71) 3372-4842 **Home Page**: http//www.embasa.ba.gov.br

Escritório Local: Ribeira do Pombal

Unidade Regional: Unidade Regional de Alagoinhas - UNA

Gerente Local: Maria da Salete Mendonça Rodrigues de Souza

E-mail: el.ribeiradopombal@embasa.ba.go.br Telefone: (75) 3276 1027

Período: 14 de junho a 17 de junho de 2016

Responsáveis pelas inspeções: Maico Camerino e Tomires do Carmo

Redação: Camila Neiva, Larissa Sá e Patrícia Lima

Data de Conclusão: 14/07/2016

Revisão: Maico Camerino **Data**: 15/07/2016

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AGERSA	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
EEAB	Estação Elevatória de Água Bruta
EEAT	Estação Elevatória de Água Tratada
ETA	Estação de Tratamento de Água
NR	Normas Regulamentadoras
RAP	Reservatório Apoiado
REL	Reservatório Elevado
SIAA	Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SIHS	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO *5*
2 OBJETIVOS *6*
3 METODOLOGIA *7*
3.1 ITENS E SEGMENTOS DE ANÁLISE 7
3.1.1 Nos Sistemas de Abastecimento de Água: 7
3.1.2 Nos Sistemas de Esgotamento Sanitário: 8
3.2 INFORMAÇÕES TÉCNICAS E GERENCIAIS, DOCUMENTOS SOLICITADOS E STATUS 10
4 LEGISLAÇÃO BÁSICA DE REFERÊNCIA *12*
5 SITUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS *13*
6 DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA *14*
6.1 Qualidade da Água Bruta 15
6.2 Qualidade da Água Tratada 15
7 DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO *16*
8 NÃO CONFORMIDADES E DETERMINAÇÕES *18*
8.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL 19
9 CONTINUIDADE NO ABASTECIMENTO DO SAA *22*
ANEXO I: LEGISLAÇÃO BÁSICA DO SANEAMENTO BÁSICO *83*
Anexo II: CROQUI BÁSICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL ***98***

1 APRESENTAÇÃO

A Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, autarquia em regime especial criada pela Lei Estadual nº 12.602, de 29 de novembro de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS e sujeita ao regime jurídico-administrativo próprio das entidades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, informa que promoveu uma ação de fiscalização de acompanhamento dos serviços públicos de abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário.

Neste sentido, este relatório apresenta os levantamentos e as análises realizadas pela AGERSA com referência aos serviços prestados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA no município de Ribeira do Pombal, no período compreendido entre os dias 14 de junho e 17 de junho de 2016.

Como resultado desses trabalhos, são apontadas determinações à Prestadora, considerando a necessidade da prestação de um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, especialmente quanto à satisfação de condições como as de regularidade, continuidade, qualidade, eficiência e segurança, à luz das leis, das normas e dos regulamentos aplicáveis.

Ressalta-se que, ao final de cada relatório, a AGERSA apresenta uma compilação de não conformidades, como instalações físicas, continuidade no fornecimento, manobras, qualidade da água, manutenção e operação do sistema entre outros; no entanto, ao longo dos textos, para dar maior destaque, a Agência poderá apontar não conformidades, sobre as quais a EMBASA deverá igualmente se manifestar e corrigir, nos prazos assinalados neste documento.

2 OBJETIVOS

2.1 O **objetivo geral** desta ação foi o de obter um conjunto de evidências físicas, documentais e analíticas das condições técnicas, operacionais e comerciais com que os serviços de saneamento básico, nas suas componentes de abastecimento de água potável, são prestados no município de Ribeira do Pombal, o qual seja apto a dar suporte às conclusões exaradas.

2.2 Como **objetivos específicos**, têm-se, *e. g.*, verificar: a adequação da oferta à demanda de água; a eficiência das atividades técnico-operacionais; a qualidade da água disponibilizada à população, com atenção às normas de vigilância em vigor; a abrangência e a eficiência do tratamento do esgoto; o estado de conservação de instalações e equipamentos, bem como a sua atualidade; o cumprimento das normas de segurança do trabalho; a existência de certificações de qualidade de processos operacionais; a regularidade dos licenciamentos ambientais e do cumprimento das suas condicionantes; a atenção aos usuários, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos para o atendimento; a existência de monitoramento de disponibilidade hídrica e de planos de manutenção e de expansão dos sistemas; a quantificação das perdas reais e aparentes, bem como os planos, as medidas, as metas e os prazos adotados para a sua redução; a eficácia do controle pitométrico; a eficiência na resposta às interrupções dos sistemas.

3 METODOLOGIA

Neste processo de fiscalização, foram cumpridas as seguintes etapas:

a) Solicitação prévia de informações técnicas e operacionais à Prestadora dos serviços objetos de estudo;
b) Inspeções *in loco*, levantamentos em campo, coleta de informações em nível local e registro fotográfico;
c) Processamento e análise das informações levantadas em campo e obtidas diretamente da Prestadora;
d) Início de elaboração de relatório;
e) Conclusão do relatório;
f) Formalização de processo administrativo*;
g) Notificação da Prestadora*.

**As etapas 'f' e 'g' são cumpridas após a conclusão do presente relatório.*

3.1 ITENS E SEGMENTOS DE ANÁLISE

São objetos de verificação os seguintes itens e segmentos de análise (listas não exaustivas):

3.1.1 Nos Sistemas de Abastecimento de Água:

I Técnico-Operacional:

- Manancial/Captação:
  - *Preservação e proteção;*
  - *Operação e manutenção;*
- ETA:
  - *Segurança, conservação e limpeza;*
  - *Filtração;*
  - *Casa de química;*
  - *Laboratório;*
- Adução:
  - *Operação, manutenção e controle de perdas;*
- Reservatórios:
  - *Operação e manutenção;*
  - *Limpeza e desinfecção;*
  - *Controle de perdas;*
- Estações Elevatórias:
  - *Operação e manutenção;*
- Rede de Distribuição:
  - *Operação e manutenção;*
  - *Continuidade;*

- Pressões disponíveis na rede;

***II Gerencial**:*

- Informações Gerenciais:

- Nível de universalização;
- Plano de expansão dos serviços;
- Projetos e obras;
- Licenças ambientais;

***III Qualidade e Controle**:*

- Qualidade da Água Distribuída à População:

- Qualidade físico-química e bacteriológica da água na saída da ETA;
- Qualidade físico-química e bacteriológica da água na rede de distribuição;

***IV Comercial**:*

- Escritório / Loja de Atendimento / Almoxarifado:

- Instalações físicas do escritório e almoxarifado;

- Serviços comerciais:

- Situação quanto ao atendimento ao usuário.

3.1.2 Nos Sistemas de Esgotamento Sanitário:

I Técnico-Operacional:

- Rede Coletora:

- Operação e manutenção;
- Limpeza e inspeção;

- Emissário Submarino:

-Operação e manutenção (captação, processamento, ociosidade, exclusive a parte marítima);
- Limpeza e inspeção;

- Elevatórias:

- Operação e manutenção;

- ETE:

-Segurança, operação E manutenção;
- Corpo receptor;
-Saúde ocupacional dos operadores;

II Gerencial:

- Informações Gerenciais:

-Nível de cobertura e atendimento;

- Plano de implantação/expansão dos serviços;
- Projetos e obras;
- Licenças ambientais;

III Qualidade e Controle:

- Controle da qualidade do esgoto tratado:

-Monitoramento sistema de tratamento de esgotos;
-Laudos gerados pelo monitoramento da EMBASA;

IV Comercial*:*

- Escritório / Loja de Atendimento / Almoxarifado:

- Instalações físicas do escritório e almoxarifado;

- Serviços comerciais:

- Situação quanto ao atendimento ao usuário.

3.2 INFORMAÇÕES TÉCNICAS E GERENCIAIS, DOCUMENTOS SOLICITADOS E STATUS

Descrição	*Status*
i. Informações gerais sobre os sistemas, tais como: nome, localidades atendidas, índice de atendimento, número de ligações e economias, vazões do sistema, índices de perdas, relatórios de interrupções, etc. Obs.: Só nos foram enviados o número de ligações / economias e índice de atendimento.	☐ Fornecido ☒ Incompleto ☐ Não fornecido ☐ Outros
ii. Informações sobre produtos químicos utilizados	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
iii. Certificados de Qualidade	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
iv. Relatórios mensais detalhados de calibração de equipamentos	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
v. Descritivos de projetos de ampliação ou de melhoria de sistemas	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
vi. Relatórios detalhados de higienização das redes e reservatórios	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
vii. Regularidade jurídica ambiental, contemplando os licenciamentos, o roteiro de caracterização do empreendimento e o relatório de cumprimento de condicionantes para obtenção da última licença Obs.: A AGERSA pretende verificar a RCC e a RCE antigas, aquelas fornecidas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças pretéritas.	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
viii. Relatório de ocorrências operacionais e comerciais, contendo todas as tipologias de serviços cadastradas na Prestadora	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
ix. Plano de segurança das instalações	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
x. Relatório de disponibilidade hídrica de mananciais	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
xi. Relatório com a quantificação das perdas reais e aparentes, desde a sua captação, bem como os planos, as medidas, as metas e os prazos adotados para a sua redução. Relatórios de quantificação das reduções já obtidas.	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☒ Não fornecido ☐ Outros
xii. Relatório de monitoramento da eficiência do tratamento de esgoto e da situação do corpo receptor. Obs.: Não possui.	☐ Fornecido ☐ Incompleto ☐ Não fornecido ☒ Outros

xiii. Relatório das análises de qualidade da água bruta e tratada. Plano de Amostragem, definido no art. 41 da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011.	■ Fornecido ☐ Incompleto ☐ Não fornecido ☐ Outros
xiv. Catálogo dos Sistemas (conforme já produzido pela Prestadora). Obs.: A AGERSA deseja obter o Catálogo do Sistema que a EMBASA já produz para todos os seus sistemas.	☐ Fornecido ☐ Incompleto ■ Não fornecido ☐ Outros
xv. Plano de Contingência Obs.: Envio de documento genérico.	☐ Fornecido ■ Incompleto ☐ Não fornecido ☐ Outros

De acordo com o quadro acima, observa-se a ausência ou incompletude de alguns itens. A Prestadora deve apresentar os dados e os documentos apontados, ou mesmo as justificativas para a sua falta ou inexistência, no prazo de até 30 (trinta) dias.

4 LEGISLAÇÃO BÁSICA DE REFERÊNCIA

Apresenta-se um panorama da legislação básica do saneamento básico, a qual subsidia a atuação da Agência:

- **Constituição** da República Federativa do Brasil;
- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007: **Política Nacional de Saneamento Básico**;
- Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010: **Regulamento da Política Nacional de Saneamento Básico**;
- Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005: **Lei de consórcios públicos**;
- Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995: **Lei de concessões**;
- Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.214, de 08 de junho de 1978: **Aprova as Normas Regulamentadoras - NR** - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Lei Complementar Estadual nº 41, de 13 de junho de 2014: **Lei de criação da entidade metropolitana**;
- Lei Estadual nº 12.602, de 29 de novembro de 2012: **Lei de criação da AGERSA**;
- Resolução CORESAB nº 001, de 16 de março de 2011: **Condições gerais da prestação dos serviços de água e de esgoto**;
- Lei Estadual nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008: **Política Estadual de Saneamento Básico**;
- Lei Estadual nº 7.307, de 23 de janeiro de 1998: **Lei da obrigatoriedade de ligação à rede de esgoto**.

(Obs.: conteúdos pertinentes da legislação apresentados no Anexo I)

5 SITUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

De acordo com o quadro abaixo segue as informações fornecidas pela Prestadora:

SITUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS							
MUNICÍPIO	**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**	**TIPO DE CONCESSÃO**	**Nº DO CONTRATO**	**LEI**	**PRAZO DE CONTRATO**	**DATA DE VENCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
Ribeira do Pombal	---------	Plena	---------	-------	20 anos	29/05/1996	**VENCIDO**

Fonte: EMBASA, 2016.

Como a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, não se admitindo, portanto, contratos verbais ou outras disciplinas precárias tais como convênios e termos de parceria (art. 10, Lei nº 11.445/2007), é imperativa a celebração de nova contratação dos serviços para a manutenção da prestação pela EMBASA com o município de Ribeira do Pombal.

Neste sentido, deverão ser envidados os esforços necessários à celebração de *Contrato de Programa* para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, contemplando as condições para a sua validade estabelecidas na Lei nº 11.445/2007, tais como a existência de plano de saneamento básico; a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida; a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água e de outros recursos naturais, dentre outras.

6 DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Ribeira do Pombal (Anexo II) tem sua captação de água subterrânea da Bacia de Tucano. Além dos 03 três poços já existentes, dos quais apenas 02 (dois) encontram-se em operação, foi perfurado um novo poço para reforçar o SAA, que está no aguardo de infraestrutura e fornecimento de energia elétrica para entrar em operação. O referido sistema atende as seguintes localidades: Centro, Periferia e Pombalzinho.

Os dois poços em operação abastecem os reservatórios elevados do sistema, com capacidades de: 300 m^3 e 50 m^3. Há um terceiro reservatório no sistema, de capacidade de 150 m^3, o qual encontra-se desativado. O abastecimento de água no município ocorre por gravidade, dispensando a necessidade de estações elevatórias de água tratada.

Informações gerenciais do SAA de Ribeira do Pombal

Dados Gerenciais	
População total	51.418 Habitantes
População total atendida com abastecimento de água	38.973 Habitantes
Nº de Ligações Existentes Totais	14.119 Ligações
Nº de Ligações Faturadas Totais	13.030 Ligações
Nº de Economias Existentes Totais	14.374 Economias
Nº de Economias Faturadas Totais	13.267 Economias
Índice de atendimento total	75,8% da Pop. Urbana
Índice de Macromedição	98,50%
Volume diário médio disponibilizado	4.500 m^3/dia
Volume diário per capita disponibilizado	115,5 l/dia
Vazão média efetiva de captação por ponto	205 m^3/h
Tempo de operação do sistema	22 h/dia
Índice de água não contabilizada (ANC)	28,30%
Índices de Perdas na Distribuição (IPD)	28,30%
Índice de Hidrometração	82,90%

Fonte: EMBASA (2016);

Como podemos observar na tabela acima o volume diário per capta disponibilizado está abaixo do recomendado que é de 120 l/dia, porem está atendendo a demanda da população e com uma folga operacional de 2 h por dia.

O tratamento da agua bruta está em desconformidade com a portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, que determina que sejam aplicados Flúor e Cloro no tratamento de águas subterrâneas e o Flúor não estava sendo aplicado no momento da fiscalização, e de acordo com informações obtidas in loco há aproximadamente um ano o sistema está sem a aplicação desse produto químico. Essa não conformidade deverá ser corrigida de imediato.

6.1 Qualidade da Água Bruta

A avaliação da qualidade da água bruta não foi efetuada visto que os relatórios de análises não foram enviados no padrão SISAGUA conforme solicitado por essa Agência.

6.2 Qualidade da Água Tratada

A avaliação da qualidade da água tratada não foi efetuada visto que os relatórios de análises não foram enviados no padrão SISAGUA conforme solicitado por essa Agência.

7 DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Na inspeção realizada no município em entre os dias 14 e 17 de junho de 2016 constatou-se a inexistência de sistema de coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários gerados.

De outro lado, segundo informações do Censo Demográfico IBGE (2010) dos 77.900 domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário, 24,31% lançam os esgotos sanitários na rede pluvial e 7,02% utilizam fossas tipo sépticas, rudimentar e outras formas, enquanto 13,41% (10.445 domicílios) sequer possuem banheiros.

Ressalta-se que a Lei Federal 11.445/2007 estabelece a obrigatoriedade de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico pelo titular, que deve contemplar o diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como as projeções para a gradual universalização dos serviços no horizonte de 20 anos.

O referido Plano é premissa para a celebração do Contrato de Programa, que deverá prever as metas de universalização e melhoria da qualidade dos serviços, devendo este ser regulado pela AGERSA.

De acordo com informações obtidas em campo, foi verificado lançamento de esgoto in natura em um corpo hídrico a céu aberto sem impermeabilização e isolamento do local, oferecendo risco de transmissão de doenças e contaminação do solo (Figuras 1, 2 e 3). Há solicitações por parte da Prefeitura local de um projeto de esgotamento sanitário que abranja um maior percentual de domicílios, entretanto, a EMBASA não prestou informações sobre o SES de Ribeira do Pombal ao referido município.



Figura 1



Figura 2



Figura 3

8 NÃO CONFORMIDADES E DETERMINAÇÕES

Deve a Prestadora dos serviços providenciar, pessoalmente ou por provocação aos terceiros competentes, a conformação dos itens descritos a seguir, relativos às suas instalações, seus equipamentos e seus serviços, com o intuito de concorrer para uma prestação eficiente dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, objetivando o pleno atendimento dos seus usuários e a proteção do meio ambiente.

As conformações devem atender às normas de regência (inclusive as técnicas e regulamentares), aos dimensionamentos e às especificações de projeto, assim como às disposições contratualmente definidas com o (s) titular (es) dos serviços.

Para as não conformidades adiante apresentadas e descritas, fica assinalado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento deste Relatório, excetuada previsão distinta constante dos próprios itens, para o cumprimento das determinações.

Além do cumprimento das providências indicadas, deverá o prestador encaminhar, em até 30 dias após o prazo indicado no parágrafo anterior, relatório apontando as ações adotadas concretamente, acompanhado do registro probatório documental e fotográfico correspondente.

8.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL

Segmento		Descrição	Registro (s)
Captação	Poço 1	1. Área circunscrita à laje sanitária desprotegida e ausência de sinalização identificadora do local, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	230, 231 e 242
		2. Precariedade das instalações físicas.	234, 239, 240, 254 e 255
		3. Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	232, 235, 236, 237 e 244
		4. Ausência de proteção e sinalização de perigo nos painéis elétricos.	240
		5. Ausência de para-raios (tipo válvula), chave corta circuito fusível com cartucho (improvisado com jamp para o garfo da chave).	249
		6. Existência de vazamentos aparentes.	252
		7. Necessidade de manutenção nos painéis elétricos.	256
		8. Ausência de manômetro e macromedidor na tubulação de recalque.	234
		9. Laje sanitária construída em alvenaria ao invés de concreto.	239
	Poço 3	10. Ausência de sinalização identificadora do local, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	084
		11. Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	086 e 093
		12. Ausência de tampa.	090
		13. Ausência de manômetro e macromedidor na tubulação de recalque.	091
		14. Suporte de apoio da tubulação inadequado.	093
		15. Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.	096, 099 e 102
		16. Precariedade das instalações físicas.	097, 103, 005, 009 e 014
		17. Ausência de laje sanitária.	088
	Poço 4	18. Ausência de tampa na caixa de passagem.	194
		19. Ausência de sinalização identificadora e falha no isolamento da área.	196 e 197
		20. Necessidade de limpeza e capina periódica da área.	198, 199 e 202
Tratamento	Laboratório	21. Precariedade das instalações físicas.	124
		22. Reagentes fora do prazo de validade.	129

Segmento		Descrição	Registro (s)
Tratamento	**Laboratório**	23. Rótulos dos reagentes sem indicação do prazo de validade.	**130 e 131**
		24. O flúor não está sendo dosado na água há aproximadamente 12 meses.	**132 e 134**
		25. Ausência de fluorímetro.	**125**
	Casa de química	26. Precariedade das instalações físicas, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	**137, 140, 142, 147, 148 e 162**
		27. Ausência de bacia de contenção.	**141 e 143**
		28. Armazenamento inadequado de produtos químicos.	**142**
		29. Ausência de flúor.	**144**
		30. Ausência de bomba reserva para dosagem de cloro.	**145**
		31. Ausência de iluminação elétrica	**163**
		32. Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.	**164**
	Sala de Operadores	33. Necessidade e arrumação e limpeza do ambiente de trabalho.	**153 e 157**
		34. Precariedade das instalações físicas.	**160**
Distribuição	**Reservatório Elevado 300 m³**	35. Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	**113, 116, 169 e 176**
		36. Destinação inadequada de sobra de materiais.	**114, 115, 117, 120**
		37. Ausência de guarda-corpo na laje de cobertura, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013. Falha no sistema SPDA, ausência de poço de visita do aterramento, eletroduto de cota de piso sem amarração 2,30 m, cabo sem tração, dois isoladores danificados e o para-raios não foi visualizado.	**121**
		38. Armazenamento inadequado de materiais.	**151**
		39. Ausência de tampas e necessidade de limpeza nos poços de visita.	**166, 167, 178, 179, 181, 185, 186**
		40. Necessidade de manutenção nas tubulações.	**168**
		41. Necessidade de substituição da escada de acesso ao reservatório.	**170 e 171**
		42. Necessidade de substituição do manômetro.	**191**
	Reservatório Elevado 50 m³	43. Precariedade das instalações físicas.	**212, 221 e 226**
		44. Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	**213 e 214**
		45. Destinação inadequada de sobra de materiais.	**215**

Segmento		Descrição	Registro (s)
Distribuição	**Reservatório Elevado 50 m³**	46. Ausência de patamares de descanso na escada de acesso.	**219**
		47. Ausência de guarda-corpo na laje de cobertura, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.	**218**
		48. Ausência de tampa na caixa de passagem.	**222**
		49. Sistema de balizamento aeronáutico desconectado.	**223**
		50. Ausência de eletroduto de proteção do cabo do sistema SPDA, não foi visualizado poço de aterramento.	**224**
		51. Ausência de medidor de nível.	**Sem Registro**
Atendimento	**Escritório Local**	52. Ausência de sinalização identificadora do local e necessidade de pintura da fachada.	**041, 043 e 046**
		53. Ausência de extintor de incêndio.	**048**
		54. Precariedade das instalações físicas.	**049, 052, 058, 062, 063, 071 e 072**
		55. Mobiliário degradado.	**053 e 061,**
		56. Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.	**056 e 057**
		57. Necessidade de organização do ambiente de trabalho.	**065, 066 e 069**
		58. Armazenamento inadequado de materiais.	**075 e 076**

9 CONTINUIDADE NO ABASTECIMENTO DO SAA

O município de Ribeira do Pombal não realiza manobras para o abastecimento de água, e o SAA atende regularmente a totalidade da população urbana.

A fiscalização foi solicitada por um morador de João do Alto. A localidade de João do Alto tem característica de zona rural e o abastecimento do local é realizado através de um poço operado pela prefeitura. No entanto, alguns trechos da localidade - onde reside o manifestante - não são favorecidos pelo atendimento, pois ora a adutora não atende a todas as residências do local, ora as regiões apresentam cota elevada, havendo necessidade de um *booster* na suposta linha. Nesta região a distribuição é feita ciclicamente por caminhões pipas, mantidos pela prefeitura municipal, onde a água é reservada pelos moradores para o consumo. Ressalta-se que os caminhões não atendem a totalidade desta localidade, que a EMBASA não dispõe de carros pipa para abastecimento e os moradores não dispõem de recurso orçamentário para arcar com a despesa.

Há um projeto em trâmite com finalidade de criar linhas troncos para atender a localidade de João do Alto. Entretanto, o projeto apresentou elevado custo e inviabilidade financeira para a EMBASA. O proposto projeto envolve parceria entre a prestadora, Prefeitura e empresários locais. Ainda resta definir pelos mesmos o recurso a ser aplicado por cada um, com prazo estabelecido para julho de 2016.

Da região favorecida pelo abastecimento, operada pela prefeitura, parte das residências sofrem com intermitências na distribuição, provenientes de atritos entre os usuários por conta de irrigações e instalações de válvulas intermediarias.

De acordo com informações da Prestadora, o SAA conta com apenas dois funcionários para sanar as interrupções imprevistas de abastecimento de água, número que se mostra insuficiente para as demandas locais, necessitando ao menos de quatro funcionários.

Ainda, foi informado que existe um novo poço perfurado, que após receber as instalações de infraestrutura e energia elétrica, entrará em operação e aumentará a segurança operacional do sistema da zona urbana de Ribeira do Pombal.

Determinação: A Prestadora deve juntamente com os empresários e prefeitura, apresentar solução para regularização do abastecimento de água nas localidades com topografia elevada, bem como dispor de reservatórios e/ou *Booster* para regularização da disponibilidade hídrica; estudos para regularização de pressões na rede de abastecimento, etc. Além disso, deve apresentar planos ou projetos de ampliação do sistema.

Walter Antônio de Oliveira Júnior
Diretor Geral

Télkia Gonsalves Cajahyba Ramos Rios
Diretora de Fiscalização

Não Conformidade nº 1

Captação – Poço 1: Área circunscrita à laje sanitária desprotegida e ausência de sinalização identificadora do local, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 230, 231 e 242

Voltar







Não Conformidade nº 2
Captação – Poço 1: Precariedade das instalações físicas.

Registros 234, 239, 240, 254 e 255

Voltar











Não Conformidade nº 3

Captação – Poço 1: Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 232, 235, 236, 237 e 244

Voltar







Não Conformidade nº 4
Captação – Poço 1: Ausência de proteção e sinalização de perigo nos painéis elétricos.

Registro 240

Voltar



Não Conformidade nº 5

Captação – Poço 1: Ausência de para-raios (tipo válvula), chave corta circuito fusível com cartucho (improvisado com jamp para o garfo da chave).

Registro 249

Voltar



Não Conformidade nº 6
Captação – Poço 1: Existência de vazamentos aparentes.

Registro 252

Voltar



Não Conformidade nº 7
Captação – Poço 1: Necessidade de manutenção nos painéis elétricos.

Registro 256

Voltar



Não Conformidade nº 8
Captação – Poço 1: Ausência de manômetro e macromedidor na tubulação de recalque.

Registro 234

Voltar



Não Conformidade nº 9
Captação – Poço 1: Laje sanitária construída em alvenaria ao invés de concreto.

Registro 239

Voltar



Não Conformidade nº 10

Captação – Poço 3: Ausência de sinalização identificadora do local, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registro 084

Voltar



Não Conformidade nº 11

Captação – Poço 3: Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 086 e 093

Voltar





Não Conformidade nº 12
Captação – Poço 3: Ausência de tampa.

Registro 090

Voltar



Não Conformidade nº 13
Captação – Poço 3: Ausência de manômetro e macromedidor na tubulação de recalque.

Registro 091

Voltar



Não Conformidade nº 14
Captação – Poço 3: Suporte de apoio da tubulação inadequado.

Registro 093

Voltar



Não Conformidade nº 15
Captação – Poço 3: Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.

Registros 096, 099 e 102

Voltar







Não Conformidade nº 16
Captação – Poço 3: Precariedade das instalações físicas.

Registros 097, 103, 005, 009 e 014

Voltar











Não Conformidade nº 17
Captação – Poço 3: Ausência de laje sanitária.

Registro 088

Voltar



Não Conformidade nº 18
Captação – Poço 4: Ausência de tampa na caixa de passagem.

Registro 194

Voltar



Não Conformidade nº 19
Captação – Poço 4: Ausência de sinalização identificadora e falha no isolamento da área.

Registros 196 e 197

Voltar





Não Conformidade nº 20
Captação – Poço 4: Necessidade de limpeza e capina periódica da área.

Registros 198, 199 e 202

Voltar







Não Conformidade nº 21
Tratamento – Laboratório: Precariedade das instalações físicas.

Registro 124

Voltar



Não Conformidade nº 22
Tratamento – Laboratório: Reagentes fora do prazo de validade.

Registro 129

Voltar



Não Conformidade nº 23
Tratamento – Laboratório: Rótulos dos reagentes sem indicação do prazo de validade.

Registros 130 e 131

Voltar

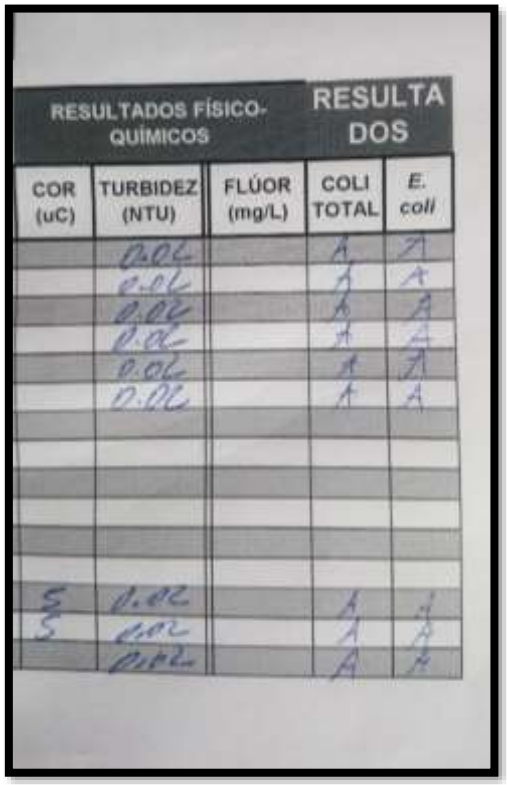




Não Conformidade nº 24
Tratamento – Laboratório: O flúor não está sendo dosado na água há aproximadamente 12 meses.

Registros 132 e 134

Voltar



RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS			RESULTADOS	
COR (uC)	TURBIDEZ (NTU)	FLÚOR (mg/L)	COLI TOTAL	E. coli
	0,04		A	A
	0,04		A	A
	0,04		A	A
	0,04		A	A
	0,04		A	A
	0,04		A	A
5	0,04		A	A
5	0,04		A	A
	0,04		A	A



REGISTRO DA QUALIDADE | REQ.TSQA.009

CADASTRO GLOBAL DE RESULTADOS

LOCALIDADE:

TSDD 1

PONTO	DATA DA COLETA	HORA DA COLETA	CLORO	TEMPO	COLETOR	LOCALIDADE	CATEGORIA	RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS			RESULTADOS	
								COR (uC)	TURBIDEZ (NTU)	FLÚOR (mg/L)	COLI TOTAL	E. coli

Página 1

Não Conformidade nº 25
Tratamento – Laboratório: Ausência de fluorímetro.

Registro 125

Voltar



Não Conformidade nº 26

Tratamento – Casa de Química: Precariedade das instalações físicas, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 137, 140, 142, 147, 148 e 162

Voltar













Não Conformidade nº 27
Tratamento – Casa de Química: Ausência de bacia de contenção.

Registros 141 e 143

Voltar





Não Conformidade nº 28
Tratamento – Casa de Química: Armazenamento inadequado de produtos químicos.

Registro 142

Voltar



Não Conformidade nº 29
Tratamento – Casa de Química: Ausência de flúor.

Registro 144

Voltar



Não Conformidade nº 30
Tratamento – Casa de Química: Ausência de bomba reserva para dosagem de cloro.

Registro 145

Voltar



Não Conformidade nº 31
Tratamento – Casa de Química: Ausência de iluminação elétrica

Registro 163

Voltar



Não Conformidade nº 32
Tratamento – Casa de Química: Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.

Registro 164

Voltar



Não Conformidade nº 33
Tratamento – Sala de Operadores: Necessidade e arrumação e limpeza do ambiente de trabalho.

Registros 153 e 157

Voltar





Não Conformidade nº 34
Tratamento – Sala de Operadores: Precariedade das instalações físicas.

Registro 160

Voltar



Não Conformidade nº 35

Distribuição – REL 300 m³: Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 113, 116, 169 e 176

Voltar









Não Conformidade nº 36
Distribuição – REL 300 m³: Destinação inadequada de sobra de materiais.

Registros 114, 115, 117 e 120

Voltar









Não Conformidade nº 37

Distribuição – REL 300 m³: Ausência de guarda-corpo na laje de cobertura, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013. Falha no sistema SPDA, ausência de poço de visita do aterramento, eletroduto de cota de piso sem amarração 2,30 m, cabo sem tração, dois isoladores danificados e o para-raios não foi visualizado.

Registro 121

Voltar



Não Conformidade nº 38
Distribuição – REL 300 m³: Armazenamento inadequado de materiais.

Registro 151

Voltar



Não Conformidade nº 39
Distribuição – REL 300 m³: Ausência de tampas e necessidade de limpeza nos poços de visita.

Registros 166, 167, 178, 179, 181, 185 e 186

Voltar









Não Conformidade nº 40
Distribuição – REL 300 m³: Necessidade de manutenção nas tubulações.

Registro 168

Voltar



Não Conformidade nº 41
Distribuição – REL 300 m³: Necessidade de substituição da escada de acesso ao reservatório.

Registros 170 e 171

Voltar





Não Conformidade nº 42
Distribuição – REL 300 m³: Necessidade de substituição do manômetro.

Registro 191

Voltar



Não Conformidade nº 43
Distribuição – REL 50 m³: Precariedade das instalações físicas.

Registros 212, 221 e 226

Voltar







Não Conformidade nº 44
Distribuição – REL 50 m³: Necessidade de limpeza e capina periódica da área, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registros 213 e 214

Voltar





Não Conformidade nº 45
Distribuição – REL 50 m³: Destinação inadequada de sobra de materiais.

Registro 215

Voltar



Não Conformidade nº 46
Distribuição – REL 50 m³: Ausência de patamares de descanso na escada de acesso.

Registro 219

Voltar



Não Conformidade nº 47
Distribuição – REL 50 m³: Ausência de guarda-corpo na laje de cobertura, conforme já havia sido verificado anteriormente, na inspeção realizada em 2013.

Registro 218

Voltar



Não Conformidade nº 48
Distribuição – REL 50 m³: Ausência de tampa na caixa de passagem.

Registro 222

Voltar



Não Conformidade nº 49
Distribuição – REL 50 m³: Sistema de balizamento aeronáutico desconectado.

Registro 223

Voltar



Não Conformidade nº 50
Distribuição – REL 50 m³: Ausência de eletroduto de proteção do cabo do sistema SPDA, não foi visualizado poço de aterramento.

Registro 224

Voltar



Não Conformidade nº 51
Distribuição – REL 50 m³: Ausência de medidor de nível.

Sem Registro

Voltar

Não Conformidade nº 52
Atendimento – Escritório Local: Ausência de sinalização identificadora do local e necessidade de pintura da fachada.

Registros 041, 043 e 046

Voltar







Não Conformidade nº 53
Atendimento – Escritório Local: Ausência de extintor de incêndio.

Registro 048

Voltar



Não Conformidade nº 54
Atendimento – Escritório Local: Precariedade das instalações físicas.

Registros 049, 052, 058, 062, 063, 071 e 072

Voltar









Não Conformidade nº 55
Atendimento – Escritório Local: Mobiliário degradado.

Registros 053 e 061

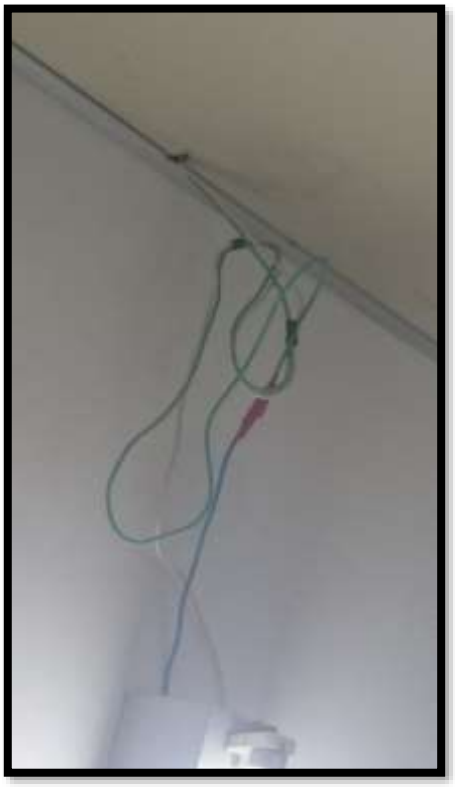
Voltar



Não Conformidade nº 56
Atendimento – Escritório Local: Instalações elétricas em desconformidade com a NR 10.

Registros 056 e 057

Voltar





Não Conformidade nº 57
Atendimento – Escritório Local: Necessidade de organização do ambiente de trabalho.

Registros 065, 066 e 069

Voltar







Não Conformidade nº 58
Atendimento – Escritório Local: Armazenamento inadequado de materiais.

Registros 075 e 076

Voltar





ANEXOS

ANEXO I: LEGISLAÇÃO BÁSICA DO SANEAMENTO BÁSICO

Constituição da República Federativa do Brasil

(EXCERTOS)

TÍTULO III
Da Organização do Estado
(...)
CAPÍTULO II
DA UNIÃO

Art. 21. Compete à União:
(...)
IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
(...)
XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
(...)
Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)
IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
(...)

CAPÍTULO III
DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
(...)
§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
(...)

CAPÍTULO IV
Dos Municípios
(...)
Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
(...)
V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
(...)

TÍTULO VIII
Da Ordem Social
(...)
CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL
(...)
Seção II
DA SAÚDE
(...)
Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:
I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
(...)

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

(...)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

(...)

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

(...)

TÍTULO IX

Das Disposições Constitucionais Gerais

(...)

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

(...)

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

XIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

(...)

Art. 25 Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o *caput* deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26. Deverá ser assegurado publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no *caput* deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o *caput* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 27. É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

(...)

Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do *caput* deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010

Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

Art. 2º (...)

III - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo Poder Público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.

(...)

Seção II

Dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água

Art. 4º Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluindo eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a esta finalidade, as seguintes atividades:

I - reservação de água bruta;

II - captação;

III - adução de água bruta;

IV - tratamento de água;

V - adução de água tratada; e

VI - reservação de água tratada.

Art. 5º O Ministério da Saúde definirá os parâmetros e padrões de potabilidade da água, bem como estabelecerá os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.

§ 1º A responsabilidade do prestador dos serviços públicos no que se refere ao controle da qualidade da água não prejudica a vigilância da qualidade da água para consumo humano por parte da autoridade de saúde pública.

§ 2º Os prestadores de serviços de abastecimento de água devem informar e orientar a população sobre os procedimentos a serem adotados em caso de situações de emergência que ofereçam risco à saúde pública, atendidas as orientações fixadas pela autoridade competente.

Art. 6º Excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de abastecimento de água disponível.

§ 1º Na ausência de redes públicas de abastecimento de água, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º As normas de regulação dos serviços poderão prever prazo para que o usuário se conecte à rede pública, preferencialmente não superior a noventa dias.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, caso fixado nas normas de regulação dos serviços, o usuário estará sujeito às sanções previstas na legislação do titular.

§ 4º Poderão ser adotados subsídios para viabilizar a conexão, inclusive a intradomiciliar, dos usuários de baixa renda.

Art. 7º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§ 1º Entende-se como sendo a instalação hidráulica predial mencionada no caput a rede ou tubulação de água que vai da ligação de água da prestadora até o reservatório de água do usuário.

§ 2º A legislação e as normas de regulação poderão prever sanções administrativas a quem infringir o disposto no caput.

§ 3º O disposto no § 2º não exclui a possibilidade da adoção de medidas administrativas para fazer cessar a irregularidade, bem como a responsabilização civil no caso de contaminação de água das redes públicas ou do próprio usuário.

§ 4º Serão admitidas instalações hidráulicas prediais com objetivo de reúso de efluentes ou aproveitamento de água de chuva, desde que devidamente autorizadas pela autoridade competente.

Art. 8º A remuneração pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água pode ser fixada com base no volume consumido de água, podendo ser progressiva, em razão do consumo.

§ 1º O volume de água consumido deve ser aferido, preferencialmente, por meio de medição individualizada, levando-se em conta cada uma das unidades, mesmo quando situadas na mesma edificação.

§ 2º Ficam excetuadas do disposto no § 1º, entre outras previstas na legislação, as situações em que as infraestruturas das edificações não permitam individualização do consumo ou em que a absorção dos custos para instalação dos medidores individuais seja economicamente inviável para o usuário.

Seção III

Dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário

Art. 9º Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário os serviços constituídos por uma ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, inclusive ligação predial, dos esgotos sanitários;

II - transporte dos esgotos sanitários;

III - tratamento dos esgotos sanitários; e

IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento coletivas ou individuais, inclusive fossas sépticas.

§ 1º Para os fins deste artigo, a legislação e as normas de regulação poderão considerar como esgotos sanitários também os efluentes industriais cujas características sejam semelhantes às do esgoto doméstico.

§ 2º A legislação e as normas de regulação poderão prever penalidades em face de lançamentos de águas pluviais ou de esgotos não compatíveis com a rede de esgotamento sanitário.

Art. 10. A remuneração pela prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário poderá ser fixada com base no volume de água cobrado pelo serviço de abastecimento de água.

Art. 11. Excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de esgotamento sanitário disponível.

§ 1º Na ausência de rede pública de esgotamento sanitário serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, de saúde e de recursos hídricos.

§ 2º As normas de regulação dos serviços poderão prever prazo para que o usuário se conecte a rede pública, preferencialmente não superior a noventa dias.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, caso fixado nas normas de regulação dos serviços, o usuário estará sujeito às sanções previstas na legislação do titular.

§ 4º Poderão ser adotados subsídios para viabilizar a conexão, inclusive intradomiciliar, dos usuários de baixa renda.

(...)

Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.

§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

(...)

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.

§ 3º Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.

(...)

Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:

I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;

II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

§ 2º No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

(...)

Art. 13. Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I – atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos e, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifas e de outros preços públicos, à de regulação dos serviços a serem prestados; e

II – prever procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º No caso de a gestão associada originar a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, o contrato de programa, sob pena de nulidade, deverá conter cláusulas que estabeleçam:

I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV – a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V – a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

§ 3º É nula a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.

§ 4º O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

§ 5º Mediante previsão do contrato de consórcio público, ou de convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

§ 6º O contrato celebrado na forma prevista no § 5º deste artigo será automaticamente extinto no caso de o contratado não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação.

§ 7º Excluem-se do previsto no *caput* deste artigo as obrigações cujo descumprimento não acarrete qualquer ônus, inclusive financeiro, a ente da Federação ou a consórcio público.

Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

(...)

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Capítulo III

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

(...)

Portaria MTB nº 3.214, de 08 de junho de 1978

Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

O Ministro de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 200, da consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, resolve:

Art. 1º - Aprovar as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho:

NORMAS REGULAMENTADORAS

NR- 1 - Disposições Gerais
NR- 2 - Inspeção Prévia
NR- 3 - Embargo e Interdição
NR- 4 - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT
NR- 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA
NR- 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI
NR- 7 - Exames Médicos
NR- 8 - Edificações
NR- 9 - Riscos Ambientais
NR- 10 - Instalações e Serviços de Eletricidade
NR- 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
NR- 12 - Máquinas e Equipamentos
NR- 13 - Vasos Sob Pressão
NR- 14 - Fornos
NR- 15 - Atividades e Operações Insalubre
NR- 16 - Atividades e Operações Perigosas
NR- 17 - Ergonomia
NR- 18 - Obras de Construção, Demolição, e Reparos
NR- 19 - Explosivos
NR- 20 - Combustíveis Líquidos e Inflamáveis
NR- 21 - Trabalhos a Céu Aberto
NR- 22 - Trabalhos Subterrâneos
NR- 23 - Proteção Contra Incêndios
NR- 24 - Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho
NR- 25 - Resíduos Industriais
NR- 26 - Sinalização de Segurança
NR- 27 - Registro de Profissionais
NR- 28 - Fiscalização e Penalidades

Lei Complementar Estadual nº 41, de 13 de junho de 2014

Cria a Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, dispondo sobre sua estrutura de governança e sobre o sistema de planejamento metropolitano, institui o Fundo de Mobilidade e de Modicidade Tarifária do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Salvador - FMTC-RMS, atende o art. 13 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, no âmbito da Região Metropolitana de Salvador, autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Salvador - FRMS, e dá outras providências.

(...)

Art. 2º - Fica criada a Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo e personalidade jurídica de direito público.

§ 1º - A Entidade Metropolitana tem por finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum aos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador, dentre elas:

(...)

§ 2º - Sem prejuízo de outras previstas na legislação, são funções públicas de interesse comum, a mobilidade urbana, o transporte público de qualquer natureza, o saneamento básico, o aproveitamento de recursos hídricos, a preservação de meio ambiente, a distribuição de gás canalizado, a habitação popular, manutenção da função social da propriedade imobiliária urbana e, quando houver impacto metropolitano, o ordenamento, a ocupação e uso do solo urbano.

(...)

Art. 20 - Enquanto não houver disposição em contrário do Colegiado Metropolitano, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de titularidade estadual ou municipal vinculados às funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana serão exercidas por entidades estaduais.

Lei Estadual nº 12.602, de 29 de novembro de 2012

Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, autarquia sob regime especial, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, autarquia sob regime especial, (...), com sede e foro na Capital do Estado da Bahia, que se regerá por esta Lei.

Parágrafo único - Para o cumprimento de suas funções e competências, a AGERSA está sujeita ao regime jurídico-administrativo próprio das entidades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Lei Nacional de Saneamento Básico - LNSB.

(...)

Art. 2º A AGERSA tem como objetivo o exercício da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, dentro dos limites legais.

Parágrafo único - O Estado da Bahia poderá celebrar, com os Municípios do seu território, convênios de cooperação, na forma do art. 241 da Constituição Federal, visando à gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e à delegação à AGERSA de competências municipais de regulação e fiscalização desses serviços, conforme disposto no art. 15 da Lei Estadual nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008.

Resolução CORESAB nº 001, de 16 de março de 2011

Dispõe sobre condições gerais de prestação do serviços de saneamento básico e de esgotamento sanitário.

(...)

Art. 3º Compete à PRESTADORA dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, a análise ou elaboração dos projetos, a fiscalização ou execução das obras e instalações, a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água, e coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos, o faturamento, a cobrança e arrecadação de valores e monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os contratos de concessão e de programa de cada município.

(...)

CAPÍTULO IV
DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 5º Toda construção permanente urbana com condições de habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, interligarse à rede pública, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 11.445/07 regulamentada pelo Decreto Lei 7.217/2010 e Lei Estadual nº 7.307/98, regulamentada pelo Decreto nº 7.765/00, respeitadas as exigências técnicas da PRESTADORA dos serviços.

(...)

CAPÍTULO V
DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 29 A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário caracterizase como relação de natureza contratual, responsabilizando o usuário dos serviços, pelo pagamento correspondente à sua prestação, pela informação dos dados cadastrais e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes, bem como pelo direito a oferta dos serviços em condições adequadas, visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários.

Art. 30 A PRESTADORA dos serviços deverá encaminhar ao usuário cópia do contrato de adesão, exceto para os casos do artigo 31, até a data da apresentação da primeira fatura.

Parágrafo único. O Ente Regulador deverá aprovar o modelo do contrato de adesão a ser proposto pela PRESTADORA.

(...)

CAPÍTULO VI
DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 33 As solicitações de serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública de distribuição e/ou coletora existentes, serão atendidas dentro dos prazos estabelecidos pela PRESTADORA dos serviços em conformidade com o Ente Regulador.

§ 1º Os prazos para a execução dos serviços referidos no *caput* deste artigo deverão constar da Tabela de Preços e Prazos dos Serviços, homologada pelo Ente Regulador e disponibilizada aos interessados.

§ 2º Os serviços, cuja natureza não permita definir prazos na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas para sua execução.

(...)

Art. 110 A PRESTADORA deverá dispor de sistema para atendimento aos usuários por telefone durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada.

§ 1º Os usuários terão à sua disposição, nos escritórios e locais de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares desta Resolução, para conhecimento ou consulta.

§ 2º A PRESTADORA deverá manter em todos os postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, formulário próprio para possibilitar a manifestação por escrito dos usuários, devendo, para o caso de solicitações ou reclamações, observar os prazos e condições estabelecidas na Tabela de Preços e Prazos de Serviços da PRESTADORA, aprovada pelo Ente Regulador.

(...)

Art. 115 A PRESTADORA é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade,

modicidade das tarifas, cortesia na prestação do serviço, e informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.

Lei Estadual nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008

Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências.

Art. 4º (...)

§1º - Os serviços públicos de saneamento básico possuem natureza essencial.

§2º - É direito de todos receber serviços públicos de saneamento básico adequadamente planejados, regulados, fiscalizados e submetidos ao controle social.

Lei Estadual nº 7.307, de 23 de janeiro de 1998

Dispõe sobre a ligação de efluentes à rede pública de esgotamento sanitário e dá outras providências.

CAPÍTULO I - DA LIGAÇÃO DE EFLUENTES À REDE PÚBLICA

Art. 1º - Os serviços de saneamento básico compreendem, dentre outros, a coleta e disposição adequada dos esgotos, sendo portanto obrigatória a ligação dos efluentes sanitários dos imóveis, de qualquer natureza, à rede de esgotamento sanitário, quando implementada pelo Poder Público.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto no artigo anterior, o usuário deverá promover a ligação do seu imóvel à rede coletora, no prazo máximo de 90 dias, a partir da data em que for comunicado de que o equipamento público se encontra disponível.

§ 1º - Havendo necessidade de realização de obras no imóvel para a ligação à rede pública, o prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado na forma definida em regulamento.

§ 2º - Caberá ao usuário do imóvel a execução, operação e manutenção adequadas das instalações internas de esgotamento sanitário.

§ 3º - Nos logradouros, onde houver rede coletora de esgotos implantada, o Poder Público fica autorizado a:

a) exigir do usuário o valor do serviço, observado o prazo do "caput" deste artigo, tão logo seja ele posto à sua disposição;

b) condicionar o atendimento de pedido de ligação de água à ligação do imóvel à rede de esgotamento sanitário.

Art. 3º - É vedada a ligação de esgotos à rede pública de águas pluviais, nos logradouros com rede coletora instalada, devendo a concessionária, quando constatada a irregularidade, promover junto ao órgão municipal competente a necessária desativação.

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 4º - O controle e a fiscalização das ligações de que trata esta Lei caberão à concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ao Centro de Recursos Ambientais.

Art. 5º - Compete à concessionária:

I - notificar o usuário sobre a existência da rede coletora de esgotos e o prazo de ligação;

II - fazer o acompanhamento técnico, nos casos de maior complexidade ou quando solicitado;

III - encaminhar ao Centro de Recursos Ambientais a relação dos imóveis em situação irregular perante os dispositivos desta Lei, para aplicação das penalidades cabíveis e previstas na Legislação Ambiental;

IV - efetuar o corte no abastecimento de água, quando necessário, em articulação com o Centro de Recursos Ambientais;

V - fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Anexo II: CROQUI BÁSICO DO SISTEMADE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL

Voltar

